

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO EIV SOBRE O NOVO PORTO TERMINAIS PORTUÁRIOS MULTICARGAS E LOGÍSTICA LTDA, SOBRE O CONDOMÍNIO PORTUÁRIO SUSTENTÁVEL, REALIZADA NA CIDADE DE PARANAGUÁ – BAIRRO DO ROCIO – NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2016, ÀS 19 HORAS.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e Senhores, boa noite. É com satisfação que damos início à Audiência Pública de apresentação do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança, da Empresa Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda, Condomínio Portuário Sustentável, que pretende ser implantado na Região do Embocuí aqui em nossa cidade. Para dar prosseguimento a essa solenidade de apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança convidamos o Sr. Marcos Furuzawa – Secretário Municipal de Urbanismo, neste ato, representando o Prefeito Municipal de Paranaguá Edison de Oliveira Kersten, que fará a abertura da Audiência Pública do EIV da Empresa Novo Porto. Convidamos ainda para compor a Mesa o Sr. Gilberto Richter da Academia do Mar; convidamos, também, Ana Negozecki da Câmara Técnica de Urbanismo; convidamos o Engenheiro Paulo Emanuel do Nascimento Junior – da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Litoral; convidamos Sra. Débora Kolososki – Tenente do Corpo de Bombeiros – representando, neste ato, o Coronel Paulo Henrique de Souza, Comandante do 8º Grupamento do Corpo de Bombeiros; convidamos, ainda, o Engenheiro Luiz Afonso da Silveira – Inspetor Chefe da Inspetoria do CREA; convidamos o Guarda Civil Municipal – Marcos dos Santos, que, neste ato,

representa o Secretário Municipal de Segurança Pública de Paranaguá.

Convidamos a todos que tomem seus assentos e passamos a palavra para o Secretário Municipal de Urbanismo de Paranaguá, Marcos Furuzawa que, como já dito, anteriormente, representa, neste ato, o Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá Edison de Oliveira Kersten. O Secretário de Urbanismo fará a abertura desta solenidade.

SR. MARCOS FURUZAWA: Boa noite a todos. Obrigado pela presença de todos, nesta noite, e declaro aberta esta presente Sessão Solene de Abertura.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Esta Audiência Pública terá a seguinte dinâmica. Começaremos com a apresentação de um filme sobre o empreendimento. Em seguida, haverá a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança. Após será servido um coffee break durante o intervalo que servirá, também, para a coleta das perguntas. Na sequência, reiniciamos os trabalhos para as respostas das perguntas coletadas e, também, as considerações. Terminando com o encerramento, agradecimentos e considerações finais.

Convidamos, a todos, para que assistam um vídeo institucional sobre o empreendimento.

(VÍDEO INSTITUCIONAL)

MESTRE DE CERIMÔNIA: Portanto, este foi o vídeo institucional sobre o empreendimento. Neste momento gostaríamos de agradecer a todas as autoridades que fizeram parte da Mesa de Abertura dos Trabalhos. Convidamos as autoridades para que possam se assentar junto ao público, pois, a partir de agora terá início, propriamente dito, a apresentação do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança pela Área

Técnica contratada pelo Novo Porto. Quero registrar a presença da Secretária Municipal de Meio Ambiente – Adriana Albin, muito obrigada, Secretária, pela sua presença. Convidamos, agora, a área técnica, que irá fazer a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança, o EIV, deste novo empreendimento que deverá se instalar em Paranaguá.

DR. CESAR LOURENÇO SOARES NETO (Coordenador do Estudo): Muito boa noite a todos. É um prazer recebê-los aqui na Audiência Pública do Estudo de Impacto de Vizinhança, do empreendimento Novo Porto Terminais Portuários. Já estamos na segunda Audiência. Tivemos uma primeira Audiência Pública feita para o Estudo de Impacto Ambiental e agora chegamos na fase da Audiência Pública do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Vocês devem ter recebido na entrada um material informativo que serve para que os senhores e senhoras possam acompanhar aí o desenvolvimento desta apresentação. Este empreendimento foi concebido com a ideia de desenvolvimento de uma área com vocação portuária, com a finalidade de absorver a grande demanda em relação à logística portuária aqui, no Paraná, e, principalmente, em Paranaguá. Dentro dessa área do empreendimento o qual nós denominamos um Condomínio Portuário, poderão se instalar diversas atividades, todas vinculadas à infraestrutura de logística, atividades extras que terão dentro desse Condomínio Portuário toda a infraestrutura necessária para a sua atuação. O objetivo desse empreendimento é justamente a racionalização na utilização dos recursos, tanto em relação à mão de obra, quanto à geração de energia, diminuição de relação de resíduos e assim por diante. Esse empreendimento foi pensado, concebido, há muito tempo atrás na cabeça do senhor Claudio Daudt, uma pessoa que era muito conhecida de todos os senhores, tenho certeza, e ele, na sua dinâmica de atividade, pretendeu desenvolver esse Estudo para que nós pudéssemos ter, primeiramente, um empreendimento orientado à sustentabilidade, ou seja, um empreendimento que pense e repense as questões ambientais dentro do seu âmago, correto? Da mesma forma uma concepção moderna de instalação portuária. Sabemos que a área, a atividade portuária, é uma atividade secular e, portanto, muitas das vezes essas instalações portuárias carecem de uma modernização. Esse empreendimento nasce com esse conceito de uma instalação

portuária moderna e, logicamente, sendo uma alternativa para melhoria na mobilidade urbana. Por que se faz essa análise? Ora, a partir do momento que nós possamos ter um empreendimento que não permita que milhares, centenas de caminhões ingressem dentro do âmago da cidade de Paranaguá, nós, certamente, já estaremos trabalhando em alternativa para mobilidade urbana. Além disso, esse empreendimento tem dentre seus programas alguns programas que, certamente, servirão de auxílio para melhoria dessa qualidade urbana.

Então, temos um Condomínio Portuário que ele, logicamente, trabalha com a geração de renda, com o pensamento voltado à questão econômica, com a otimização dos recursos, também tem uma a visão, um foco na área ambiental, aonde temos pensamento em trabalhar essa estrutura com reaproveitamento de água da chuva; utilização de placas solares; estações de tratamento de efluente; também um tratamento adequado para os resíduos sólidos, ou seja, este empreendimento terá um Plano de Gerenciamento para as questões ambientais voltadas à minimização da utilização dos recursos e, também, pensando na adequada disponibilização desse recurso. E, também, não esquecemos do social através do treinamento permanente para o cidadão aqui, de Paranaguá, aonde ele possa ter uma alternativa a mais de emprego, uma alternativa a mais de renda e assim nós podemos desenvolver, junto com o município, junto com o Estado do Paraná, um empreendimento onde tenhamos condições melhores para a sustentabilidade, para a questão social.

Bom, quais atividades estão previstas para serem instaladas dentro da área desse Condomínio Portuário? Nós teremos lá, o armazenamento de fertilizantes e mistura de fertilizantes; armazéns frigoríferos; movimentação de containers; armazenamento de granéis; recebimento e expedição de veículos; cargas diversas e uma concepção dentro dessa visão de desenvolvimento é a instalação de um Parque Tecnológico aonde poderão ser desenvolvidas novas alternativas para toda essa infraestrutura relaciona ao setor portuário. Esse empreendimento se justifica quando verificamos que existe uma elevada demanda, tanto atual, quanto futura, no fornecimento dos serviços voltados à gestão de cargas. Também ele se propõe a ser uma alternativa frente a esse gargalo logístico que hoje existe em Paranaguá. Esse gargalo logístico fez, por alguns anos, Paranaguá perder uma série de movimentação

de cargas para outros portos vizinhos. Ser, também, uma nova proposta, uma alternativa para gestão portuária criando esse Parque Tecnológico que, certamente, será pioneiro para o desenvolvimento de novas alternativas dentro da área portuária.

O local de desenvolvimento desse Projeto foi pensado estrategicamente, justamente para que você tenha a possibilidade de não aumentar o fluxo de veículos em direção à cidade de Paranaguá, ou seja, a ideia do empreendimento é você retirar esses veículos. Esse empreendimento fica localizado na região do Embocuí, ou seja, antes da entrada de Paranaguá, da cidade de Paranaguá. O acesso a esse empreendimento está previsto com uma via central e uma alternativa sendo estudada juntamente com a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Paraná e, também, com o município de Paranaguá. Dentre as quatro alternativas locais possíveis que se estudou, verificamos que essa área de 183 hectares, seria a área mais vocacionada para o desenvolvimento desse empreendimento. Ela é uma área inserida dentro do macrozoneamento da área do Porto Organizado de Paranaguá, também está inserida como Zona de Interesse e Expansão Portuária do município de Paranaguá e, também, ela consta dentro do decreto que prevê a utilização destas áreas nesta região para o desenvolvimento, para uma expansão futura em relação às atividades do porto de Paranaguá.

Vou passar a palavra para o Assis que vai entrar em relação a alguns aspectos técnicos da localização.

SR. ASSIS RIBAS (Estudo do EIV): Senhoras e senhores, boa noite, Autoridades presentes, boa noite. Dentro das alternativas locais que foram citadas anteriormente, a alternativa escolhida foi a alternativa do ponto 3. Só vou retomar um pouquinho aqui. O ponto 3 é essa região marcada aqui, ok? (Mostra no telão, num mapa!) Então, o que viabilizou a escolha desse ponto 3 aqui? Área com previsão de acesso rodoviário e ferroviário; local inserido na Zona de Interesse de Expansão Portuária; área localizada no Distrito Industrial definido pelo Plano Diretor do município entre os rios Embocuí e Emboguaçu. Existem estradas de acesso que poderão ser utilizadas pelo empreendimento as quais já são utilizadas por caminhões no dia a dia, hoje já são utilizadas. O local apresenta grau significativo de antropização

com áreas abertas para passagem dos dutos da Petrobrás, ou seja, dentro da área passam já os dutos dessa empresa e a evidência já de retirada seletiva de madeira desta área, na década de 60, Século passado na verdade, 70. Esse local ele comporta aquela estrutura, aquele pensamento, aquele planejamento da implantação de todas as características e necessidades do Novo Porto. Ele comporta um empreendimento nos moldes do que foi planejado, do que foi concebido. O local oferece condições necessárias para instalação do píer e as respectivas áreas de acesso a este.

Mais alguns pontos. As análises de batimetria demonstrando viabilidade na execução do píer em um espaço de dragagem menor do que outros pontos, ou seja, vai precisar ser dragado? Sim, mas com um espaço menor. Então, todos esses aspectos foram levados em consideração. Fica bem próximo ao canal já existente, ao canal de navegação já existente, será, digamos, uma continuidade desse canal de navegação. Tem a possibilidade de interligar com o ramal ferroviário, na proximidade a outras atividades idênticas ou similares as já existentes. Próximo já existem várias atividades portuárias próximas, então vai ser uma composição, uma continuidade desse processo. Está distante de bairros residenciais. Esse Projeto vai acabar favorecendo a comunidade local trazendo desenvolvimento para o local, trazendo oportunidades de emprego, de renda. Nessa área não existem ocupações, nem vizinhos muito próximos passíveis de ser incomodados, tanto para a parte de implantação ou operação do empreendimento.

Para que tudo isso se concretizasse, vários estudos foram realizados. Dentre esses estudos, foram estudados Meio Físico, Meio Biótico, Sistema Viário, Meio Socioeconômico. Aqueles Meios, que falei anteriormente, eles levaram em considerações alguns pontos distintos ou 3 pontos distintos, que são as áreas de influência. Área de Influência Direta, Área Diretamente Afetada, que é a área do próprio empreendimento, levou em consideração a Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta. Os Estudos anteriores foram concebidos levando em consideração esses três momentos distintos.

Uma síntese aqui, basicamente, daquilo que foi avaliado, foi estudado. Da parte do Meio Físico a parte de climatologia, geologia, geomorfologia, pedologia, hidrologia,

a parte de oceanografia, de modelagem hidrodinâmica, de transporte de sedimentos, dos recursos hídricos superficiais cabíveis ali, na área do empreendimento, qualidade do ar, ruídos. Aí você pode pensar: mas, ruídos? Por quê? Para você ter uma base, uma base de partida da onde você estava e para onde, efetivamente, você vai ter um controle de tudo isso desde o princípio.

Com relação ao Meio Biótico, os aspectos que foram estudados: fauna e flora terrestre. Na parte de biótica aquática: fauna e flora aquática. Com relação à questão do Sistema Viário, do Estudo do Sistema Viário. Foi levado em consideração o possível aumento do fluxo viário de cargas e pessoas nas Fases de Instalação e Operação do empreendimento. Foi avaliada a capacidade viária e o nível de serviço nos acessos e principal interseção da situação sem e com o empreendimento. Foi levado em consideração a divisão modal das viagens geradas pelo empreendimento. Foi levado em consideração, também, o carregamento dos acessos e interseções com o volume de tráfego gerado pelo empreendimento, muito embora todos os veículos que se deslocarem a esse empreendimento eles poderão ficar dentro do empreendimento, eles vão ter que chegar até esse empreendimento. Então, esse Estudo Viário foi feito para conceber, fazer uma logística dessa chegada desse fluxo desses veículos até o empreendimento. É feita uma análise comparando as situações sem e com o empreendimento, que eu havia até comentado.

Com relação à questão Socioeconômica. Foi feita uma caracterização da população, principalmente da ADA, acaba pegando outros pontos já mencionados em relação a Paranaguá propriamente dito. Com relação às atividades produtivas que o Meio Socioeconômico traduz ali, a questão como pontos importantes - que é a geração de emprego e renda; aumenta da arrecadação fiscal; um aumento, uma melhora da economia local, porque o uso de serviços locais acaba fazendo movimentar toda essa cadeia produtiva; o uso e ocupação do solo no entorno; patrimônio histórico, arqueológico e cultural; e atividade de pesca.

Antes de entrar em alguns exemplos de impactos e programas, aqui, é bom só frisar um ponto. De acordo com todos os estudos, de todos os Meios, é uma

concepção de todos os membros, de todos os profissionais que executaram que, de fato, é um empreendimento que pode ser concebido e é sustentável.

Vou passar aqui para a parte, exemplificando, alguns Impactos e Programas propostos.

Estamos trabalhando aqui, a Fase de Implantação. Para implantação do empreendimento. Utilização de máquinas e veículos na implantação do empreendimento. O que isso pode gerar? Pode gerar ruídos. O que a gente propôs em estudos que terão que ser atendidos em relação a essa questão do ruído? Implantação de um Programa de Gerenciamento de Ruídos e Vibrações para que sejam atendidos os requisitos legais pertinentes a esse tema; supressão da cobertura vegetal; possibilidade de ocorrência de processos erosivos. Então, tem que tomar medidas, medidas de controle, monitoramento do processo de supressão.

Com relação à frente de trabalho, geração de resíduos. Implantação de Programas, de Planos de Gerenciamento de Resíduos, tanto resíduos de construção civil quanto resíduos sólidos em geral. Ainda com relação à terraplanagem, ela retoma, ali, como falamos anteriormente da questão da retirada da vegetação, aqui falo de terraplanagem, ela também pode incorrer em processos erosivos. Cabe, ali, como Medidas de Planos e Programas um monitoramento dos processos erosivos e implantação de um sistema de drenagem de águas pluviais.

Ainda na implantação, parte de compactação e impermeabilização do solo que possibilita o aumento do escoamento superficial, como consequência, também, processos erosivos. Mas, para esse, há um direcionamento, um processo de sistema de drenagem e dissipadores de energia que acabam mitigando, não deixando que essa compactação e a água incidente causem danos.

Com relação a tráfego de veículos. Possibilidade de danos nas vias de acesso por conta do tráfego de veículos. Então, nesse caso específico aqui, a execução de um Programa de Monitoramento do Tráfego; participar junto com o Poder Público e iniciativa privada de um Programa de melhoria nas vias de acesso e execução de um monitoramento visando estabelecer os danos causados às vias de acesso. Então, para

aquilo que observou-se a geração de um impacto, de um problema relevante, um Plano e um Programa para atender ou mitigar essa situação.

Ainda aqui, realização de dragagem de aprofundamento: “possibilidade de ocorrerem modificações na qualidade de tipologia dos sedimentos de fundo, turbidez temporária; monitoramento do processo de dragagem; estabelecer um Programa para o monitoramento da biota aquática; dar continuidade àquele Estudo que foi feito anteriormente com relação à biota aquática e um Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira”. Implantação das estruturas do píer: “possibilidade de ocorrerem alterações locais das características hidrodinâmicas e transporte de sedimentos”. Mesma coisa: “implantação de uma metodologia para monitoramento das instalações da estrutura do píer; estabelecer um Programa de monitoramento para a biota aquática, de qualidade da água; e um Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira”.

Ainda na implantação: execução de obras, geração de emprego e renda diretos e indiretos; estabelecer um Plano de Contratação de Mão de Obra Local. É uma proposta a contratação de mão de obra local. “Execução de obras; atendimento à legislações trabalhistas; implantar Planos relacionados à segurança do trabalho e atendimento a esses requisitos legais.”

Ainda em execução de obras e instalação do empreendimento, é o aumento temporário da arrecadação municipal. Então ter um Plano de contratação de mão de obra local, fazer com que o que foi investido aqui consiga fazer girar todo o comércio, toda a estrutura de Paranaguá com isso. “Execução de obras para instalação do empreendimento; melhoria da economia local; ter um Plano de contratação de mão de obra local e também de serviços locais, não só de mão de obra.”

Com relação à operação do empreendimento, alguns pontos, aqui, em relação à operação do empreendimento. O “início da operação, máquinas e veículos, poluição sonora: Gerenciamento de Ruídos e Vibrações”, um Programa proposto pra isso, para atender requisitos legais, não vou só monitorar, vou atender. “Operação e Geração de Resíduos e Efluentes”, o que se propõe para isso? “Plano de Gerenciamento de resíduos; Plano de Gerenciamento de Gestão de Efluentes; medidas de controle de

emergência.” Então tem que ter medidas, se houver um problema ou alguma coisa, o que vou fazer? Tenho meus planos emergenciais para isso.

Com relação à impermeabilização do solo que pode provocar a redução de recarga do aquífero e ampliar o escoamento superficial – a implantação do sistema de drenagem pluvial com dissipadores de energia, isso já na Operação. Na Implantação eu fiz isso, na Operação estou utilizando isso, estou utilizando minha medida mitigadora.

Com relação a tráfego de veículos. “Possibilidade do aumento do tráfego nas vias de acesso ao empreendimento.” Primeira coisa: monitorar; “buscar alternativas conjuntas para as novas opções de acesso ao local”. Realização de dragagem de manutenção. Retomamos aquele Programa de Monitoramento de Processo de Dragagem; estabelecer um Programa para o monitoramento dessa biota aquática que vai passar a ser quase contínua, quando da necessidade desses processos. E um Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira. “Emissão atmosférica de fontes móveis e fixas.” Estabelecer um Programa que atenda as legislações dentro daquela atividade que estiver gerando algum tipo de emissão, para que ele atenda aos requisitos legais, você vai conhecer o que você tem, você vai ver o que a legislação permite você fazer e você tem que trabalhar dentro daquilo, ou seja, fazer muito melhor do que está previsto na legislação.

Dentro ainda de operações, possibilidade de ocorrência de acidentes: a implantação de Programas de Segurança; atendimento a emergências; implantação do Plano de Emergência Individual e do Plano de Gerenciamento de Riscos. Ficar preparado em todas as suas, fazer uma leitura de todas as atividades, de todos os possíveis riscos e ter um Plano de Emergência para atendimento a eles.

“Operação do empreendimento, expectativa da população do entorno em relação aos impactos do empreendimento e de sua qualidade de vida.” Novamente o Plano de Contratação de Mão de Obra Local; um Programa de Comunicação Social para que a gente estreite um canal de comunicação entre o empreendimento e a comunidade para que ela conheça o empreendimento, saiba o que acontece no empreendimento e possa até participar desses Programas de contratação, enfim.

Estabelecer um Programa para Monitoramento de Biota Aquática, qualidade da água e um Monitoramento da atividade pesqueira.

Ainda em operação, atividade de operação do empreendimento, vai gerar o quê? Geração de emprego e renda diretos e indiretos. Tenho isso na implantação e tem isso, agora, na Operação. O Plano de Contratação de Mão de Obra Local continua ativo nesse momento e aquele Programa de Comunicação Social. “Atividade de operação do empreendimento, desenvolvimento econômico social para o município.” Um Programa de qualificação de mão de obra e vinculação aos Programas de desenvolvimento do município e do Estado, são as medidas propostas para isso.

Falei bastante dos impactos, alguns Programas. Dentro dos Estudos executados e dentro do EIV, foram propostos alguns Programas, até nesse material que os senhores receberam, existe uma lista dos Programas ali. Vou citar alguns aqui, aleatoriamente, só para dizer do que ele se trata aqui. Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas, como falei, a gente faz uma leitura daquilo que existe dentro do empreendimento, avalia os requisitos legais pertinentes, estabelece um programa, um prazo de verificação desse monitoramento para atendimento a esse requisito legal. A mesma coisa com ruídos e vibrações, mesma coisa com qualidade da água, mesma coisa com Programa de Auditoria Ambiental. Por que uma auditoria ambiental? Você não estabeleceram vários Planos e Programas, vários critérios, vários requisitos? Quero ver se estou atendendo isso, quero ver se isso é pertinente, então eu faço uma auditoria ambiental para fazer a análise se estou atendendo ou não estou atendendo e que medida que vou tomar se for o contrário.

Programa de Monitoramento do Sistema Viário, a gente desenvolve propostas, a gente quer que funcione, é equalizado todo o Sistema, mas, se houver um desvio, no monitoramento, vou ficar sabendo.

Programa de gerenciamento de riscos, o nome já diz: vou avaliar os riscos da minha operação e para aquele risco, nem que seja potencial, terei uma medida de controle para que, se ocorrer, o que eu faço? Eu ter, eu obter essa ação rápida dessa necessidade imediata.

Programa de Monitoramento de Pesca e Coleta de Moluscos e Crustáceos. Esse Programa, na verdade, um estudo relacionado a isso aconteceu durante a fase de elaboração dessa documentação, desse EIV, do documento anterior que foi executado, aí qual que é o objetivo? Você fazer um antes da implantação, durante a implantação, antes da Operação, vou sempre medir isso, relacionar isso, para você saber o que você tinha; para onde você está indo; e se para onde eu estiver indo estou melhor ou pior do que eu era anteriormente? E se estou melhor, por quê? E se estou pior, por quê? Para isso que serve esse Programa.

Programa de Contratação de Mão de Obra falei várias vezes. Monitoramento de ave e fauna, também. E Programa de Monitoramento da parte reprodutiva de anfíbios e tal.

Toda essa concepção desse Estudo trouxe, então, um parecer final, não eu só, de uma equipe. Assim: “o empreendimento resultará em impactos ambientais aceitáveis frente à oportunidade de potencialização dos efeitos positivos do empreendimento”. A implementação desse modelo de atividade portuária orientada na sustentabilidade; geração de emprego e renda; esse aumento do movimento comercial no Município; aumento da arrecadação fiscal; benefícios permanentes de médio e longo prazos advindos da concretização do Parque Tecnológico.

E aí! De acordo com as análises técnicas contidas nos estudos realizados é possível concluir que o empreendimento é sustentável, podendo ser concretizado desde que observadas as medidas pertinentes indicadas no EIV e nas demais recomendações.

Neste momento eu agradeço por me escutarem, agradeço a presença de todos e passo a palavra para o nosso Mestre. Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Muito bem. Foi aí a primeira parte da apresentação do EIV. Inicialmente vocês assistiram o filme e, logo em seguida, a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança da Empresa Novo Porto propriamente dito. Neste momento, convidamos a todos para saborear um coffee break que será servido no hall deste Auditório, ao mesmo tempo informamos que as nossas recepcionistas estarão

com as pranchetas para que os senhores e as senhoras possam formular suas perguntas. Logo após o coffee break, a nossa Equipe Técnica estará à disposição para responder as dúvidas dos senhores e das senhoras. Muito obrigado.

(Intervalo para o lanche e inscrição para perguntas)

MESTRE DE CERIMÔNIA: Muito bem vamos começar, então, a fazer as perguntas que vocês nos encaminharam para que o nosso corpo técnico possa respondê-las.

O Sidnei de Jesus, da Vila Maria, pergunta: “Gostaria de saber se vai ter vagas de emprego?” Pergunta do Sidnei de Jesus.

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico do Estudo): Sidnei, obrigado pela pergunta, boa noite. Certamente, Sidnei, vagas de emprego tanto na fase de implantação, quanto de operação do empreendimento.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Muito bem, o Hermes Goldstein Junior, morador em Alexandra, pergunta: “Quantas pessoas da comunidade vivem no entorno do empreendimento?” Segunda pergunta: “Quanto ao impacto na pesca, os pescadores artesanais participarão deste monitoramento?” Terceira pergunta: “Teremos acesso ao plano de emprego dos locais?”

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico do Estudo): Hermes, boa noite. Novamente, obrigado pela sua pergunta. Com relação à quantidade de pessoas, da comunidade que vive no entorno do empreendimento, no entorno imediato do empreendimento, que é a ADA, têm pouquíssimos moradores ali na ADA, propriamente dito. Tem uma Vila mais próxima que fica mais ou menos a uns 1500, 1600 metros. Só que com relação à quantidade de pessoas, fiz um Estudo de caracterização, mas não um censo para te dizer um número de pessoas propriamente dito. Mas, na Área de Influência Direta do empreendimento são pouquíssimas pessoas que moram bem próximas ao empreendimento mesmo.

Com relação ao impacto da pesca, os pescadores artesanais, como eu falei. Na concepção dos Estudos foi feito um Estudo de biota aquática e a parte Socioeconômica também fez um estudo relacionado a questão do IPESCA, quantidade de pescado, enfim. Antes de começar uma implantação desse empreendimento será feito um outro Estudo. Claro, que para se ter esses dados tem a participação da comunidade pesqueira. Quando você estiver implantando você vai ter Estudo novamente; antes da Operação você vai ter Estudos novamente. Então, em cada fase um Estudo, até para quê isso? Para verificarmos e garantir que esse empreendimento não tenha nenhuma interferência, não cause nenhum impacto à comunidade, certo?

Se tem acesso ao plano de emprego dos locais? Na verdade, assim, agora fico com dúvida nesta sua pergunta com relação assim, “temos acesso ao plano de emprego dos locais?” Você quer saber se tem acesso ao Programa que é contratação de mão de obra local? Isso, sim, ele encontra-se no EIV. Agora, se já temos um programa de emprego para a fase de Instalação ou Operação, isso vai acontecer no decorrer da implantação do empreendimento, ok?

SR. HELIO (Morador): Exatamente com relação a este ponto. Em várias Audiências Públicas que estamos acompanhando e Paranaguá parece que está em uma sequência de audiências consecutivas, e sempre se coloca essa questão de que a comunidade do entorno, a comunidade do local vai fazer parte tanto do processo de Instalação, mas, principalmente, no segundo momento, quando são os empregos efetivos de Operação. E, como professor da área do Estado, sempre ouvimos dizer que os nossos alunos não estão saindo preparados para ocupar essa vagas, está certo? E o que acontece: sinto uma certa culpabilidade do nosso posicionamento enquanto educador. Então, se existe um plano? Se esse plano tem começo, meio e fim? Quais os pré-requisitos das pessoas, que essas pessoas vão precisar ter para trabalhar no empreendimento? Porque acredito que por ser um empreendimento dessa magnitude dá tempo, inclusive, da Escola de Alexandra, que atende algumas pessoas do Embocuí, da escola ali o Dídio Viana que também faz esse atendimento, fazemos um planejamento para que quando entre em Operação possamos estar contribuindo com a comunidade, com uma mão de obra especializada ou, pelo menos, minimamente do

que vocês precisam. Porque sempre o que acaba acontecendo é que o pessoal do entorno não trabalha dentro dos empreendimentos, desses espaços.

DR. CESAR L. SOARES NETO (Corpo Técnico): Boa noite, professor. Excelente a sua colocação. Gostaria de dizer que esse Projeto é um empreendimento que está em fase de projeto, de planejamento. E a finalidade, uma das finalidades da Audiência Pública é justamente você obter da população, vamos dizer assim, sugestões e críticas construtivas também. O empreendimento conta com um Plano de Desenvolvimento de Mão de Obra, inclusive há, também, a possibilidade da criação desse Centro Tecnológico que tem justamente a função da interação no desenvolvimento de novas tecnologias com as Instituições de Ensino. E, certamente, vamos dizer assim, a elaboração, o aprofundamento desse plano de capacitação tem que ser feito junto com a comunidade. Junto com o município, junto com os sistemas Sesi e assim por diante, para que nós tenhamos a capacitação da mão de obra local e, de preferência, que nós venhamos a gerar oportunidades. Justamente para a comunidade mais próxima, que é a comunidade do entorno do empreendimento, que é a comunidade que direta ou indiretamente acaba sofrendo também os impactos do empreendimento. Porque todo empreendimento gera um impacto e nós queremos trazer também um impacto positivo, não só o impacto negativo. Então, na fase de desenvolvimento, nós, certamente, iremos procurar as instituições de Ensino, como já estivemos inclusive, em outra oportunidade, quando da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental... Ah, nós fomos chamados pelo Colégio de Antonina, um colégio que tem um curso profissionalizante na área de Tecnólogo, na área portuária, para explicar o empreendimento. E a empresa está aberta. Essa é uma Audiência Pública, mas podemos fazer uma reunião especificamente com o senhor, com a escola aonde o senhor está alocado, com os seus alunos, para que nós possamos apresentar e, em conjunto, verificar onde temos potencialidades de desenvolvimento para os alunos e para o entorno.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próxima pergunta. Senhora Genésia, moradora da Colônia Santa Rita, pergunta: “Gostaria de saber se vai ter indenização por conta do fluxo de caminhões?” Ela diz ainda: “Porque moramos na entrada do Embocuí e os caminhões atrapalham bastante a vizinhança”.

SR. PAULO MALUCELLI (Corpo Técnico): Ok. Quanto a quantidade de caminhões que foram considerados para este empreendimento, é na ordem de 22 mil caminhões por mês. Isso daria 736, 740 veículos por dia, divididos pelas 24 horas teríamos 30 caminhões por hora. Um caminhão a cada dois minutos entrando nesta estrada. Agora, a pergunta que todo mundo quer fazer é sobre a infraestrutura para suportar esse tráfego. É lógico que no Estudo como esse negócio está sendo montado, não se tem exatamente quais são as empresas e qual a origem e destino dessas cargas. Então, se fez uma estimativa e usou o Sistema Viário existente. Foi considerado como todo tráfego entrando pela Estrada do Embocuí. Mas, o Estudo também prevê que, junto com as autoridades estaduais e municipais e os empreendedores que vão se instalar lá, nesse Porto, será feito um plano de um novo sistema viário de acesso. Exatamente qual é? Não sabemos, mas a Prefeitura Municipal de Paranaguá tem um Plano Diretor que prevê uma via justamente para dar acesso a esse empreendimento e outros empreendimentos daquela região. E o que está previsto no Plano Diretor é uma via com capacidade suficiente, como também uma ferrovia. Essas cargas que chegarão e sairão desse Porto, serão pelo meio ferroviário e pelo meio rodoviário. Agora, uma indenização, como a senhora falou, não tem previsão nenhuma de indenização pelo uso da via, ok?

MESTRE DE CERIMÔNIA: Muito bem, próxima pergunta. Anderson, morador do Jardim Paranaguá, pergunta: “Qual é o prazo final do projeto, quando deverá ficar pronto e se haverá programas de capacitação para a população parnanguara?”

DR. CESAR L. SOARES PINTO (Corpo Técnico): Bom, em relação ao Programa de Capacitação acho que eu já fiz essa abordagem e utilizo as mesmas palavras. Em relação ao tempo de instalação do empreendimento, logicamente, antes de falar em tempo de instalação do empreendimento, precisamos com que o empreendimento seja aprovado. O tempo que eu vou falar aqui, logicamente, parte da premissa que nós teríamos a aprovação. Isso compete aos órgãos públicos, mas, esse tempo de implantação deve girar em torno 4 anos.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próxima pergunta. Marcos Vinicius Silva, morador no Parque São João. São várias perguntas, ele pergunta o seguinte: “Gostaria de saber o

tempo desse empreendimento? Quantos empregos serão gerados em suas várias fases? Se a Cattalini é sócia? E se a discussão da poligonal dos Portos vai afetar o empreendimento?” Pergunta do Marcos Vinicius Silva.

DR. CESAR L. SOARES PINTO (Corpo Técnico): Eu vou responder uma parte do questionamento e depois eu passo. Em relação à poligonal, a discussão da poligonal. Ela se encerrou com a alteração da poligonal feita através do Decreto. A alteração da poligonal não afeta. Com a alteração da poligonal o empreendimento fica completamente fora da área pública. Nós podemos desenvolver um terminal privado sem nenhum tipo de restrição. Em relação à quantidade de empregos a serem gerados, por fase, acreditamos que na Fase de Instalação devem ser gerados em torno de 1500 a 2000 empregos; e, na Fase de Operação, em torno de 1500 empregos. Somando, no total, lembrando que estamos tratando de um Condomínio Portuário aonde poderão ser instalados uma série de atividades. Em relação à pergunta se a Cattalini, eu acredito que nós estamos falando da Cattalini Terminais, se ela é sócia do empreendimento? Não. Ela não é sócia do empreendimento. Acho que respondi todas. Gostaria de saber o tempo do empreendimento? Quatro anos é previsto após todas as aprovações.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Bom. A senhora Irã entregou três cartões com perguntas. A primeira seria: ela gostaria da explicação sobre a página 6, se vai haver desmatamento?

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico): Senhora Irã, boa noite, obrigado pela pergunta. Na página 6 ali tem então uma demarcação do local, a localização da área desse empreendimento. Certamente que para a implantação deste empreendimento deve haver uma supressão vegetal de acordo com o permitido pela legislação.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próxima pergunta também da Dona Irã, moradora do Bairro do Rocio. Ela pergunta se o Rocio será afetado e qual é o estudo sobre a poluição sonora.

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico): Muito bem. Com relação se o Rocio será afetado, nós estamos trabalhando. Todo esse trabalho, todo esse Estudo é para aquela

área do Embocuí, que fica ali no finalzinho da Estrada da Areia Branca. Fica o quê? Próximo do antigo lixão para trás. Fica bem longe do Rocio. E com relação à questão do ruído, esse monitoramento de ruído é para este empreendimento, tanto na Área de Influência Indireta, quanto nas proximidades. E esse ruído não chega a afetar o Rocio. Esse monitoramento e tudo vai ser executado dentro dessa área e não chega a atingir aqui o Rocio, esse som, esse ruído, de veículos e equipamentos, enfim.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próxima pergunta também da Dona Irã: “Gostaria de saber qual é a localidade do mapa que está ilustrado no livreto, às páginas 5 e 6?”

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico): Perfeito. Então, muito embora na página 5 tenha a locacional pequenininha dele ali. Aí na página 6 tem uma imagem um pouquinho mais ampliada, mas é bem isso. É seguindo ali pela Estrada da Areia Branca, bem próximo ali ao antigo lixão que o Município utilizava e está até desativado. Então, seguindo ali pela Estrada da Areia Branca, Estrada do Embocuí, chega-se aqui nessa delimitação dessa área aqui.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próxima pergunta. Patrice Santos, Presidente do Bairro do Rocio. Creio que da Associação de Moradores do Rocio: “Quais os impactos ambientais que podem acontecer aqui, no Bairro do Rocio, pois temos os movimentos das marés e ainda com relação às vias, ele afirma, Patrice afirma, que as vias estão abandonadas pelo Poder Público?”

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico): Então, Patrice, boa noite. Os impactos ambientais que podem acontecer no Bairro do Rocio. Eu acabei até respondendo um pouco com relação à questão do aspecto e impacto. Toda concepção desse empreendimento é manter a logística. Então qual seria, talvez, o impacto? Tráfego de veículos? Os veículos não vão chegar até o Rocio. Esse empreendimento está sendo executado de uma forma que os caminhões, que venham pela rodovia, adentrem ali pela parte da Estrada Velha de Alexandra, Estrada do Embocuí, Estrada da Areia Branca e vão até o empreendimento. Eles não vão trafegar aqui pelo Rocio. Com relação a esse impacto que pode estar voltado à emissão de ruído, emissão de gases de caminhões, enfim. Assim com relação aos impactos ao Bairro do Rocio, a questão do

Bairro do Rocio, ele não vai ser atingido diretamente pelos impactos do empreendimento. Agora, pelas marés, vou passar para o nosso amigo Orlei responder.

ORLEI ANTÔNIO NEGRELLO FILHO (Corpo Técnico): Olá, boa noite. Em relação às marés, sim, podemos esperar algum impacto indireto que chegue até essas imediações, mas, nada substancial, que cause modificações duradouras na pesca ou na distribuição das espécies do local aqui. Lembrando, então, que é um impacto indireto. E isso temos também, com os Estudos, vamos perceber e vamos chegar às conclusões da abrangência total desse impacto trazido pelas marés, mas lembrando que ele é temporário durante as dragagens principalmente. Então, mesmo assim espera-se que aqui na frente o impacto seja bastante reduzido.

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico): Só concluindo aqui. Tem um finalzinho aqui que fala da questão das vias de acesso e a questão delas estarem danificadas, enfim. Como falado, anteriormente, só repetindo, o tráfego de veículos, estamos falando da região do empreendimento, da Área de Influência Direta do empreendimento, o tráfego de veículos pode causar danos às vias públicas. Naquele momento temos um programa de monitoramento aonde este programa vai buscar participação também do Poder Público e da iniciativa privada para melhoria dessas vias de acesso.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Morador no Bairro da Arraia, a próxima pergunta é do economista Luiz Fernando Melo de Carvalho. Ele pergunta “quem são os sócios do empreendimento Novo Porto?”

DR. CESAR L. SOARES NETO (Corpo Técnico): Boa noite. Os sócios do empreendimento Novo Porto são a senhora Rosana Cattalini, senhora Angela Cattalini, senhor Renato Cattalini, a senhora Elviana Cattalini e a empresa Brascas, além da empresa DIT, que quem era sócio da empresa DIT era o seu Claudio Daudt que veio a falecer no ano passado.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Próxima pergunta vem do bairro Santa Maria. Seu Alceu Mendes Junior que saber como será a plataforma do porto?

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico): Seu Alceu, boa noite. Eu acredito que o senhor esteja se referindo à parte de píer, lança de píer e essa situação toda. Então, o

projeto contém, então, está previsto uma lança de píer até o ponto em profundidade necessária. A instalação do píer propriamente dito com a costagem para os dois lados e todo esse píer, essa lança de píer, com sistema vazado, ok?

MESTRE DE CERIMÔNIA: E a derradeira pergunta é da Rita, moradora no Distrito de Alexandra. Ela pergunta “de que maneiras essas alternativas tecnologias irão garantir a máxima sustentabilidade?”

LUIZ FERNANDO (PLATEIA): Bom, eu sou Luiz Fernando. Eu gostaria de perguntar para vocês se alguns desses sócios que vocês mencionaram são sócios da Cattalini?

SR. CESAR LOURENÇO SOARES NETO: Nós podemos falar sobre este empreendimento. Sobre a Cattalini Terminais não temos procuração para falar sobre esse empreendimento Cattalini Terminais. Nós falamos deste empreendimento aqui.

SR. ASSIS RIBAS (Corpo Técnico): Perfeito, dando continuidade aqui à pergunta da senhora Rita. Boa noite, senhora Rita. Aonde que está a senhora? Obrigado. Você pergunta de que maneira as alternativas tecnológicas vão garantir ao máximo de sustentabilidade? Então, um processo de sustentabilidade tem que englobar o econômico, o social e o ambiental. Quando investimos em tecnologia, em pessoas, em ações ambientais, você está criando um sistema de sustentabilidade que, na verdade, não posso garantir ao máximo como você falou "vou garantir ao máximo isso". Não. Eu vou estabelecendo critérios e isso vai ganhando corpo com os seus dias. Ele vai crescendo, ele nasce, ele vai crescer, ele vai se desenvolver ao longo do tempo com novas necessidades, com novas tecnologias, com novas ideias, com pessoas capacitadas, sabe? Esse processo de sustentabilidade vai englobar esses três pilares - econômico, social e ambiental - e, principalmente, a busca dessa tecnologia para melhores formas de trabalhar, ok?

PROFESSOR HERMES: Eu tenho uma pergunta aqui.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Pois não.

PROFESSOR HERMES: O que será feito tratando dessa questão de sustentabilidade, a não exploração completa do espaço ambiental. O que vai ser feita com a madeira que vai ser retirada de toda aquela área e aquela extensão. Como é que vai ser tratada essa situação, se existe um Plano de Manejo, de recuperação de floresta em uma outra área, ou alguma coisa nesse sentido?

SR. CESAR L. SOARES NETO (Corpo Técnico): Bom, em relação à utilização da madeira é feito um pedido de autorização de supressão vegetal junto ao órgão ambiental do Estado do Paraná, que é o órgão licenciador do empreendimento. O órgão ambiental requer a manifestação dos órgãos competentes IBAMA, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e, assim por diante. E eles fazem a análise dessa autorização de supressão vegetal. Dentro das condicionantes que ele vai impor em relação à supressão, certamente vão existir condicionantes em relação à disposição dessa madeira. A nossa proposição é fazer com que essa madeira seja usada na geração de energia, ou seja, é você ter a possibilidade de gerar energia com a utilização desse, vamos chamar, resíduo vegetal da retirada. Essa é a nossa proposição. Logicamente, dependemos da autorização dos órgãos.

Desculpa, você tinha feito mais um acréscimo.

PROFESSOR HERMES: Com relação a essa questão da reutilização, que são sustentáveis e tal, um espaço ou projeto, um planejamento de recuperação de alguma área degradada fora do espaço onde vocês vão fazer essa retirada? Então, só para deixar claro, vocês vão queimar a madeira?

SR. CESAR L. SOARES NETO (Corpo Técnico): Não, não. Não é queimar, é gerar energia. Gerar energia. Essa geração de energia pode ser feita de diversas formas.

PROFESSOR HERMES Mas ainda não tem...

SR. CESAR L. SOARES NETO (Corpo Técnico): A intenção é você ter a possibilidade de gerar energia através de uma termoelétrica que possa fazer o aproveitamento desse material lenhoso. Não obrigatoriamente dentro da área, mas em algum estabelecimento que já trabalha com esse tipo de geração de energia.

PROFESSOR HERMES: E, neste caso, sendo vendida e produzindo lucro para a própria empresa?

SR. CESAR L. SOARES NETO (Corpo Técnico): Pode ser vendida ou produzindo lucro para a própria empresa ou, como eu falei, dependendo da condicionante que o órgão ambiental determinar, essa madeira pode ser doada para uma associação. Ou seja, essas condicionantes dependem dos órgãos públicos que irão determinar. Agora, em relação à compensação ambiental, pela retirada da madeira, sim. O que existe? Existe uma Normativa que ela impõe com que a mesma área de supressão, seja a mesma área de supressão, você tenha em contrapartida uma outra área com o mesmo tamanho que possa ser doada para a criação de uma Unidade de Conservação ou para uma melhoria do entorno de uma Unidade de Conservação. Aí, novamente, depende da aprovação dos órgãos ambientais em relação a essa Unidade de Conservação, ou a esse parque, ou a essa área em relação à junção da Unidade de Conservação. Estou falando isso, mas não tem relação ainda com a medida compensatória. A medida compensatória em relação ao empreendimento é um outro ponto. Em relação à supressão de vegetação, nós, pela Lei da Mata Atlântica, nós temos que devolver ao ambiente uma outra área com o mesmo tamanho com a criação, provavelmente, de um Unidade de Conservação, um parque estadual, uma RPPN. Aí o órgão ambiental vai nos exigir.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Muito bem. Chegamos ao final das perguntas. Gostaríamos de convidar o senhor Secretário Municipal de Urbanismo, Marcos Furuzawa, para que venha até à mesa e possa proceder o encerramento desta Audiência Pública que apresentou o EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento Novo Porto.

SECRETÁRIO MARCOS FURUZAWA: Boa noite a todos novamente. Eu só quero informar que esta Audiência Pública é uma parte da aprovação do EIV em relação ao empreendimento e que todas as informações expostas aqui, do Estudo, estão disponíveis no site da Prefeitura, na página do Urbanismo. E que ainda nós temos 30 (trinta) dias, que deixamos à disposição de toda a população, que possa fazer lá, no Urbanismo, novos questionamentos que serão repassados para as empresas.

Bom, gente, então, agradeço mais uma vez a presença de todos e declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito Obrigado.

(A presente documentação sobre o EIV da Novo Porto foi Taquigrafada presencialmente e transcrita, integralmente, por Maria Elisa Rebello – Taquígrafa Juramentada)

MARIA ELISA REBELLO

RG: 2050.232-0

Curitiba, 15 de agosto de 2016.